

# Cartilha apresenta boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios mineiros

Sex 05 fevereiro

A [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico \(Sede\)](#), em parceria com a [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), desenvolveu um material sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos. A cartilha de orientações é um guia completo sobre a gestão do lixo nos municípios mineiros.

O objetivo é orientar os consórcios públicos, buscando eficiência e gestão para os interesses comuns. A formulação da política promove a proteção e a conservação do meio ambiente, além do desenvolvimento sustentável.

O subsecretário de Desenvolvimento Regional, Douglas Cabido, ressalta que o material é de extrema importância para os gerenciamentos regionais. “Queremos apoiar os consórcios públicos para um tema muito complexo para os municípios, em especial os pequenos. A dificuldade para executar de maneira sustentável é real. Nosso trabalho é dar uma visão mais eficiente na administração do lixo, organizando as cadeias produtivas e resultando em um município mais limpo”, destaca.

[Clique aqui](#) para conferir a cartilha completa.

## Novos padrões

Baseado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNSR), instituída em 2010, o incentivo ao alinhamento dos consórcios municipais busca novos padrões de desenvolvimento sustentável, englobando desde processos de planejamento até técnicas diversificadas que incluem reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético.

“É sempre importante lembrar a realidade de Minas Gerais, onde 459 dos 853 municípios mineiros possuem população menor que 10 mil habitantes e apresentam grande desafio para implantação de uma gestão ambientalmente adequada dos seus resíduos sólidos urbanos. Acreditamos e incentivamos o consorciamento intermunicipal como chave para a universalização dos serviços de manejo e gestão desse tipo de resíduo. É um modelo capaz de garantir viabilidade técnica, ambiental e econômica destes sistemas”, diz o subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento da Semad, Rodrigo Franco.

## Cooperação intermunicipal

Os consórcios públicos têm o papel de garantir maior eficiência na aplicação de recursos públicos

na medida em que permitem a adoção de soluções conjuntas para o tratamento de temas que ultrapassam limites locais, as chamadas funções públicas de interesse comum. Para o caso de resíduos sólidos urbanos, a opção pelo consorciamento permite a adoção de soluções compartilhadas de longo prazo entre municípios vizinhos, com menor custo e maior potencial de sustentabilidade, possibilitando a economia de escala.

“A cartilha é um manual de fácil entendimento e explicação aprofundada. Colocamos desde a importância da gestão até as principais técnicas de manejo. Queremos servir de apoio para os municípios. Atuamos em contato direto com diversos núcleos consorciados de Minas. Agora, o material vai melhorar ainda mais o desempenho do trabalho feito”, destaca o diretor de Planejamento Territorial, Consórcios e Associativismo Municipal, André Serretti.

### **Bons resultados**

A destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos é um desafio da grande maioria dos municípios brasileiros. A implementação de uma política que atenda às diretrizes nacionais e à preservação do meio ambiente exige priorização de investimentos e engajamento político e social.

A adoção de soluções compartilhadas surge como alternativa viável para a questão, pois alcança ganhos de escala por meio das medidas de caráter regional.